


MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva
Diretoria de Administração
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
Coordenação de Logística e Patrimônio
Divisão de Material e Patrimônio
Serviço de Almoxarifado e Patrimônio

TERMO DE REFERÊNCIA
1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), com vistas à eventual aquisição de material para atender às necessidades do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI e do Ministério das Comunicações - MC, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os 42 (quarenta e dois) itens a serem licitados terão participação exclusiva das empresas enquadradas como ME/EPP, conforme previsto no Art. 6º do Decreto 8538/2015.

1.3. A presente licitação terá como critério de julgamento o menor preço por item, pois não há a formação indispensável de uma solução que requeira a junção de todos os itens a serem licitados.

1.4. Os Itens estão divididos conforme especificações e quantitativos da planilha do item 1.5 e deverão possuir prazo mínimo de 12 (doze) meses de validade ou garantia do fabricante a contar da entrega dos materiais.

1.5. PLANILHA DE MATERIAL DE CONSUMO - QUANTIDADE ESTIMADA PARA REGISTRO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Código CATMAT	Nº item registrado no PAC 2020	MED	QTD MÍNIMA PARA AQUISIÇÃO	QTD PARA REGISTRO	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO PARA AQUISIÇÃO MÍNIMA	VALOR MÉDIO TOTAL PARA REGISTRO
1	ALCOOL ETÍLICO LIMPEZA DE AMBIENTES, HIDRATADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS GEL, CONCENTRAÇÃO 70%, FRASCO 440 GRAMAS.	429225	51	FR	420	2.100	R\$ 24,3300	R\$ 10.218,6000	R\$ 51.093,0000
2	ALCOOL ETÍLICO LIMPEZA DE AMBIENTES, LÍQUIDO, HIDRATADO, APLICAÇÃO LIMPEZA, CONCENTRAÇÃO 70 %, FRASCO DE 1 LITRO.	390766	52	FR	300	1.500	R\$ 14,5733	R\$ 4.372,0000	R\$ 21.860,0000
3	XÍCARA, MATERIAL LOUÇA, TIPO CAFÉ, COR BRANCA, CAPACIDADE 80ml, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM PIRES	220098	53	UN	280	1.400	R\$ 10,4000	R\$ 2.912,0000	R\$ 14.560,0000
4	COPO DE VIDRO, TIPO USO LÍQUIDOS, CAPACIDADE 330ml a 350ml, UTILIZAÇÃO REUTILIZÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS LISO, INCOLOR, TRANSPARENTE E CILÍNDRICO, TIPO LONG DRINK, ALTURA 14cm	107271	54	UN	400	2.000	R\$ 11,8733	R\$ 4.749,3333	R\$ 23.746,6667

	APROXIMADAMENTE, DIÂMETRO BOCA 7CM APROXIMADAMENTE								
5	PORTA-COPO, MATERIAL INOX, PARA COPOS DESCARTÁVEIS DE 200ML.	66419	55	UN	40	200	R\$ 50,6633	R\$ 2.026,5333	R\$ 10.132,6667
6	PASTA PARA EVENTOS, EM CARTÃO SUPREMO 250 G/M2, VINCADA, COM 2 BOLSOS TAMANHO 110 MM X 225 MM COLADOS INTERNAMENTE, COM IMPRESSÃO EM POLICROMIA, BRASÃO DA REPÚBLICA E TIMBRE DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, 4/0 CORES, MEDINDO 235 MM X 325 MM, CONFORME MODELO.	438850	56	UN	1.000	5.000	R\$ 4,0933	R\$ 4.093,3333	R\$ 20.466,6667
7	Prato, material: porcelana, aplicação: refeição, características adicionais: raso, diâmetro: 26,9 cm, 3,8 cm de aba, aproximadamente, cor: branca	460818	439	UN	12	60	R\$ 18,4333	R\$ 221,2000	R\$ 1.106,0000
8	Prato, material: porcelana, aplicação: sobremesa, características adicionais: redondo, raso, logotipo conforme modelo, diâmetro: 20 cm, cor: branca	393572	440	UN	12	60	R\$ 10,7000	R\$ 128,4000	R\$ 642,0000
9	Utensílio doméstico, material: plástico, tipo: sousplat, diâmetro: 35 cm aproximadamente, características adicionais: redondo, cor: branca	466017	441	UN	15	72	R\$ 16,7667	R\$ 251,5000	R\$ 1.207,2000
10	Garfo mesa, material corpo: aço inoxidável, material cabo: aço inoxidável, tipo: mesa, características adicionais: liso, polido, 23 cm comprimento e 3mm espessura, aproximadamente.	270152	442	UN	12	60	R\$ 9,7533	R\$ 117,0400	R\$ 585,2000
11	Faca de mesa, material em aço inoxidável, medindo 23,5 cm e 2,5 mm de espessura, aproximadamente	240329	443	UN	12	60	R\$ 8,0667	R\$ 96,8000	R\$ 484,0000
12	Colher mesa, material corpo: aço inoxidável, material cabo: aço inoxidável, tipo para sopa, medidas	240321	444	UN	12	60	R\$ 13,6200	R\$ 163,4400	R\$ 817,2000

	aproximadas 175x48x21 mm								
13	Garfo mesa, material corpo e cabo: aço inoxidável, tipo: sobremesa, medindo 18,3 cm de comprimento, 2,25 mm de espessura, aproximadamente	335114	445	UN	12	60	R\$ 3,9033	R\$ 46,8400	R\$ 234,2000
14	Colher para sobremesa em aço inoxidável. Medindo 18,3 cm de comprimento, 2,25 mm de espessura, aproximadamente	437924	475	UN	12	60	R\$ 5,0467	R\$ 60,5600	R\$ 302,8000
15	Guardanapo de pano, tipo tecido: oxford, cor: branca, comprimento: 40 cm, largura: 40 cm	450174	446	UN	12	52	R\$ 10,3900	R\$ 124,6800	R\$ 540,2800
16	Tigela, material: porcelana, capacidade: 300 ml, características adicionais: lisa, sem tampa e sem alças, uso: copa, cozinha	450226	447	UN	12	52	R\$ 13,9033	R\$ 166,8400	R\$ 722,9733
17	Travessa, material: aço inoxidável, tamanho: 30 x 20 cm, aplicação: servir alimentos, características adicionais: tampa com 3 cm de altura, profundidade: 4 cm	336378	448	UN	2	10	R\$ 135,8900	R\$ 271,7800	R\$ 1.358,9000
18	Travessa, material: porcelana, tamanho: 40 x 24,50 x 5,60 cm, tipo: refratária	454442	449	UN	2	6	R\$ 49,4900	R\$ 98,9800	R\$ 296,9400
19	Molheira, material: aço inoxidável, capacidade: 200 ml, formato: redonda, características adicionais: com tampa, com conha e com prato	220605	450	UN	1	4	R\$ 101,5367	R\$ 101,5367	R\$ 406,1467
20	FOGAREIRO, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, APLICAÇÃO: SISTEMA DE AQUECIMENTO RECHAUD, DIÂMETRO: 50 CM, ALTURA: 45 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TAMPA GIRATÓRIA E 1 FOGAREIRO EM AÇO INOX	445561	451	UN	2	6	R\$ 375,3300	R\$ 750,6600	R\$ 2.251,9800
21	Espátula, material: aço inoxidável, medindo: comprimento: 310 mm, aplicação: confeitar bolo, espessura: 35 mm, largura: 75 mm, aproximadamente	402226	452	UN	2	4	R\$ 17,2267	R\$ 34,4533	R\$ 68,9067
22	Pegador alimento, material: aço inoxidável, aplicação: servir massas, medindo 28,5 cm aproximadamente	344681	453	UN	1	4	R\$ 10,2800	R\$ 10,2800	R\$ 41,1200
23	Pegador alimento, material: aço inoxidável, comprimento: 28 cm aproximadamente, características adicionais: pegador de salada	464896	454	UN	2	6	R\$ 12,9567	R\$ 25,9133	R\$ 77,7400

24	Colher para servir em aço inoxidável, tipo arroz, 30 cm comprimento, aproximadamente	285367	455	UN	2	8	R\$ 17,4300	R\$ 34,8600	R\$ 139,4400
25	Concha em aço inoxidável, tipo Terrina, 30 cm comprimento, aproximadamente	150696	456	UN	2	6	R\$ 19,3933	R\$ 38,7867	R\$ 116,3600
26	Taça, material: vidro transparente incolor, capacidade: cerca 330 ml, uso: água	467162	458	UN	15	72	R\$ 10,9467	R\$ 164,2000	R\$ 788,1600
27	Liquidificador, capacidade: 2 l, potência: 350 w, voltagem: bivolt, uso: doméstico, características adicionais: 3 velocidades, com filtro e batedor	451184	460	UN	1	2	R\$ 257,6300	R\$ 257,6300	R\$ 515,2600
28	Forno elétrico, aplicação: doméstica, voltagem: 220 v, capacidade: 44 l, características adicionais: grill, vidro duplo, termostato, pés antiaderentes, potência: 1.750 w	405328	461	UN	1	2	R\$ 568,2000	R\$ 568,2000	R\$ 1.136,4000
29	Chaleira, material: aço inoxidável, capacidade: 1,70 l, características adicionais: desligamento automático, base destacável, tipo: elétrica, potência mínima: 1.200 w, voltagem: 220 v	399474	462	UN	1	2	R\$ 118,9400	R\$ 118,9400	R\$ 237,8800
30	Galheteiro metal, material: aço inoxidável, formato: redondo, componentes: saleiro, paliteiro, azeiteiro, porta vinagre, características adicionais: corpos vidro, tampa aço inox	372025	463	UN	1	4	R\$ 88,6833	R\$ 88,6833	R\$ 354,7333
31	Petisqueira, material: aço inoxidável, diâmetro: 17 cm, características adicionais: 3 divisões	441332	464	UN	1	4	R\$ 28,9633	R\$ 28,9633	R\$ 115,8533
32	Pano prato, material: algodão alvejado, comprimento: 71 cm, largura: 48 cm, cor: branca, características adicionais: absorvente, lavável e durável	418506	465	UN	5	24	R\$ 2,2033	R\$ 11,0167	R\$ 52,8800
33	Bandeja de aço, material: aço inoxidável, comprimento: 47 cm, largura: 27 cm, aplicação: servir refeições, características adicionais: com alça	453730	466	UN	3	12	R\$ 66,5667	R\$ 199,7000	R\$ 798,8000
34	Jogo de Panelas, em Aço Inox, Fundo Triplo (aço inox + alumínio + aço inox), contendo 5 Peças, sendo 1 Caçarola funda 20cm 3,6L, 1 Caçarola rasa 20cm 2,9L, 1 Cozi Vapore 20cm 2,2L, 1 Frigideira 20cm 1,3L e 1 Panela 16cm 1,4L.	28304	467	JG	2	6	R\$ 346,2667	R\$ 692,5333	R\$ 2.077,6000
35	Panela pressão, material:	241802	468	UN	1	4	R\$	R\$ 119,9600	R\$ 479,8400

	alumínio, capacidade: 4,50 l, material cabo: baquelite, sistema segurança: válvulas funcionam., segurança e borracha segurança						119,9600		
36	Forma, material: alumínio reforçado, formato: retangular, largura: 34 cm, comprimento: 50 cm, altura: 7 cm, tipo: assadeira, características adicionais: com 2 alças	441335	469	UN	2	6	R\$ 98,9400	R\$ 197,8800	R\$ 593,6400
37	Sanduicheira, material: aço inoxidável, tensão: 220 v, características adicionais: prepara 2 sanduíches por vez	367474	470	UN	1	2	R\$ 62,5800	R\$ 62,5800	R\$ 125,1600
38	Panela tipo Air Fryer, fritadeira elétrica, 220 v, capacidade aproximada de 3,5 litros.	28304	471	UN	1	4	R\$ 458,2633	R\$ 458,2633	R\$ 1.833,0533
39	Açucareiro, material: aço inoxidável, capacidade: 350 g, características adicionais: com tampa e colher em aço inoxidável	393509	476	UN	2	8	R\$ 36,0633	R\$ 72,1267	R\$ 288,5067
40	Toalha de mesa, tipo jogo americano, material: PVC, formato: retangular, medidas aproximadas, comprimento: 40 cm, largura: 30 cm, cor: branca.	27162	472	UN	15	72	R\$ 10,7467	R\$ 161,2000	R\$ 773,7600
41	Porta-guardanapo, material: aço inoxidável, largura: 8 cm, altura: 14,50 cm, comprimento: 9 cm	450224	473	UN	2	8	R\$ 14,8033	R\$ 29,6067	R\$ 118,4267
42	Travessa, material: cerâmica, tamanho: grande, tipo: fundo, formato: oval, aplicação: servir alimentos, cor branca, medindo aproximadamente 23cm de comprimento	219096	474	UN	4	18	R\$ 33,2267	R\$ 132,9067	R\$ 598,0800

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. O Registro de Preços de material de consumo, nas especificações e quantidades constantes no item 1.5 deste Termo de Referência, é necessário para a manutenção do estoque do almoxarifado, de itens que não estão disponíveis no almoxarifado virtual, tais como materiais de copa e cozinha, higiene e limpeza e materiais de expediente personalizados, além das solicitações realizadas pelas áreas demandantes, para registro do Plano Anual de Contratações 2020.

2.2. A contratação em comento justifica-se pela necessidade de recomposição do estoque do Almoxarifado com a finalidade exclusiva de manutenção das atividades rotineiras das unidades pertencentes a este Ministério. Diante desta situação, a Divisão de Material e Patrimônio - DIMAP, planejou-se a reposição do estoque para assegurar-se que o material adequado esteja disponível quando solicitado pelas unidades do órgão.

2.3. Tendo em vista o uso do Sistema de Registro de Preços – SRP, vale registrar que este instrumento acessório é o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens para contratações futuras, e sua adoção, justifica-se pelas seguintes vantagens, dentre outras, destacadas abaixo:

- a) Possibilidade de maior economia de escala, uma vez que outros órgãos e entidades podem participar da mesma ARP, adquirindo em conjunto produtos ou serviços, atendendo assim ao princípio da Economicidade.
- b) Aumento da eficiência administrativa, pois promove a redução do número de licitações e dos custos operacionais durante o exercício financeiro.
- c) Otimização dos processos de contratação de bens e serviços pela Administração.
- d) Possibilidade do fornecimento ocorrer somente quando surgir a necessidade em se adquirir os itens registrados.

- e) Ausência da obrigatoriedade em se adquirir os itens registrados, quer seja em suas quantidades parciais ou totais.
- f) O orçamento é disponibilizado apenas no momento da contratação.
- g) Celeridade da contratação, haja vista que se têm preços registrados.
- h) Atendimento de demandas imprevisíveis.
- i) Maior eficiência logística.

2.4. Logo, a situação que o Sistema de Registro de Preços abarca na maioria dos casos envolve a impossibilidade de definição prévia do quantitativo a ser demandado pela Administração, conforme indica a interpretação literal do inciso IV do artigo 3º do Decreto nº 7.892/2013, no qual se enquadra a contratação em questão.

3. DA PROPOSTA

3.1. A proposta deverá computar os custos necessários para a realização do objeto, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal e quaisquer outros custos ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços, conforme previsto no modelo de envio da proposta (5470484), Anexo I deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.2. O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens comuns, de que tratam a Lei nº 10.520/02 e o Decreto nº 5.450/05, por possuir padrões de desempenho e características gerais e especificações usualmente encontradas no mercado.

4.3. Cabe salientar que a referida análise e elaboração desse instrumento não afasta a apreciação da consultoria jurídica do MCTIC.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Poderá ser exigido do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente amostra ou catálogos/panfletos de cada um dos itens arrematados, para a verificação da compatibilidade com as especificações deste Termo de Referência e consequente aceitação da proposta no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da convocação via sistema Comprasnet pelo Pregoeiro no local e prazo indicado no edital, tendo a Divisão de Material e Patrimônio - DIMAP o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da entrega das amostras por parte do licitante, para sua análise.

5.1.1. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 10 (dez) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

5.2. A respeito das amostras em questão, tratar com os senhores Daniel Ribeiro e Kenzo Alcântara, através dos correios eletrônicos: daniel.sousa@mctic.gov.br, kenzo.almeida@mctic.gov.br, respectivamente.

5.3. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto aos padrões de qualidade e desempenho, não possam ser aferidos pelos documentos apresentados pelos licitantes, o Pregoeiro poderá solicitar do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar a apresentação de novas amostras.

5.4. Os exemplares colocados à disposição e que porventura venham a ser aprovados pela Administração poderão ser contabilizados como unidades entregues.

5.5. A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante, conter os respectivos prospectos e manuais, se for o caso, e dispor na embalagem de informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, sua marca, número de referência, código do produto e modelo.

5.6. As amostras colocadas à disposição da Administração serão tratadas como protótipos, podendo ser manuseadas, desmontadas ou instaladas pela equipe técnica responsável pela análise, para a realização dos testes necessários.

5.7. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

5.8. Será considerada aprovada a amostra que atender aos seguintes critérios técnicos:

- 5.8.1. Conformidade com as especificações e características técnicas;
- 5.8.2. Qualidade – matéria-prima, componentes, colagens, pintura, etc;
- 5.8.3. Durabilidade – resistência dos produtos e matéria-prima;
- 5.8.4. Acabamento – esmero na fabricação, junção das peças, igualdade das medidas, pintura;

5.9. Esta contratação observará as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, constantes na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que acresceu ao Art. 3º da Lei 8.666, de 1993, que as especificações para a aquisição de bens, contratação de serviços e obras por parte dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, deverão conter critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas.

5.10. Que os materiais sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; 24.2;

- 5.11. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 5.12. Que os materiais devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- 5.13. Que os materiais não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifênol-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

6. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 6.1. O prazo de entrega dos materiais é de 30 (trinta) dias para os itens de número 1 ao 6 e 15 (quinze) dias para os demais itens, contados do recebimento da nota de empenho, que poderá ser acompanhada da Autorização de Aquisição (modelo do anexo II do TR 5470490), em remessa única, de acordo com as seguintes condições: no horário de 08h00 as 12h00 e 14h00hs às 18h00, de segunda a sexta-feira, no SEALP – Serviço de Almoxarifado e Patrimônio, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco E, SEALP (Subsolo), CEP: 70.067-900, Brasília/DF. Tratar com os senhores Kenzo ou Daniel; correio eletrônico: kenzo.almeida@mctic.gov.br e daniel.sousa@mctic.gov.br, telefones (61) 2033-8667 e (61) 2027-6386.
- 6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 6.6. Os materiais fornecidos, conforme item 1.5 deste Termo de Referência, deverão ter garantia prevista em lei, e a fornecida pelo fabricante. A garantia estará expressamente indicada na proposta da contratada, e deverá ser de no mínimo 1 (um) ano.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da contratante:

- 7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 8.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 8.3. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

- 8.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.1.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo

poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-------------	------------------------------------------------------

365

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução por se tratar de bens não duráveis, considerados bens de consumo.

15. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

15.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3. fraudar na execução do contrato;

15.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5. cometer fraude fiscal;

15.1.6. não manter a proposta.

15.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

15.2.2. multa moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

15.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão contratante, pelo prazo de até dois anos;

15.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

15.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

15.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

16.1. O custo estimado da aquisição dos materiais é de R\$ 164.146,42 (cento e sessenta e quatro mil, cento e quarenta e seis reais e quarenta e dois centavos).

17. **DA PARTICIPAÇÃO NA IRP**

17.1. Considerando o que prevê o § 1º do Art. 4º do 7.892/2013, quanto a Intenção de Registro de Preço – IRP, não será permitido a participação a demais interessados do presente processo, haja vista que a participação de outras entidades neste certame, ensejaria atraso na aquisição dos bens, já que demandaria a necessidade de consolidação de informações relativas à estimativa individual e total de consumo dos interessados, ocasionando atraso no presente processo de contratação.

18. **DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

18.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013 suas alterações.

À consideração superior.

Daniel Ribeiro de Sousa
Chefe do Serviço de Almoxarifado e Patrimônio

De acordo. Encaminhe-se ao Sr. Coordenador de Logística e Patrimônio para apreciação e aprovação, em caso de concordância.

Kenzo Alcântara de Almeida
Chefe da Divisão de Material e Patrimônio.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Ribeiro de Sousa, Chefe do Serviço de Almoxarifado e Patrimônio**, em 20/07/2020, às 12:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kenzo Alcantara de Almeida, Chefe da Divisão de Material e Patrimônio**, em 20/07/2020, às 12:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5714672** e o código CRC **5D47EE23**.

